



Deputados querem que Ministério da Justiça revise processos de demarcação indígena

Destques, Notícias, Questão Direito de Propriedade

8 de junho de 2016

De acordo com parlamentares e representantes da agropecuária, as questões envolvendo áreas de reserva foram **"tratadas com ideologia"**, sobretudo nos últimos meses do governo de Dilma Rousseff

Membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e entidades do agronegócio pediram ao ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, a revisão de recentes demarcações de reservas indígenas. O setor quer que essas questões não sejam mais "tratadas com ideologia" pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

O deputado federal Luis Carlos Heinze (PP-RS) lembra que, antes de ser afastada, a presidente Dilma Rousseff assinou processos da Funai para diversas demarcações. "Queremos revisar os 30 processos (em andamento) no Rio Grande do Sul e mais de 500 no Brasil, mas principalmente os que foram criados nos últimos seis meses de governo".

Para o advogado da FPA, Rudy Maia Ferraz, a preocupação dos representantes do agronegócio é que haja uniformização do posicionamento da Funai, Supremo Tribunal Federal (STF) e do Ministério da Justiça quanto às demarcações.

"Não podemos demarcar áreas em desacordo com o que foi o entendimento do Supremo; acreditamos que, com isso, vão acabar os conflitos", diz Ferraz.

Os agricultores voltarão a ter segurança para produzir, sem serem surpreendidos por laudos que permitem que uma área indígena "avance para dentro de suas terras", acredita o diretor-executivo da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja), Fabricio Rosa, "Nós vemos um futuro no qual vai ser respeitado o direito de propriedade, sem ocupações indevidas, demarcações sem laudos que comprovassem que foram feitas dentro do marco temporal", diz.

A pauta levada pelos parlamentares ao Ministério da Justiça também pede a liberação da aquisição de terras no Brasil por estrangeiros. Para o presidente da FPA, Marcos Montes, o presidente interino Michel Temer já estaria dando sinais de que esse impedimento poderá ser revertido. Segundo ele, isso trará investimentos externos ao país.

Fonte: [Canal Rural](#).

Compartilhe:



<< Anterior:
DOU – 8 de junho de 2016

Próximo:
Temer se manifesta pela
constitucionalidade do Código
Florestal >>

Nosso facebook

Frente Parlamentar da Agropec...
Curtir Página | 6,4 mil curtidas

Frente Parlamentar da Agropecuária
9 de junho às 11:58

O Projeto de Lei da Câmara 128/2015 que prevê penas mais graves para o crime de furto e abate clandestino de animais, de autoria do deputado federal **Afonso Hamm**, integrante da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), será votado na próxima semana na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Na reunião desta quarta-feira da CCJ, o deputado federal esteve conversando com alguns senadores, como a senadora gaúcha **Ana**

TV FPA

Osmar Serraglio comenta de...

PLANO AGRÍCOLA 2016/2017

Últimas Notícias

DOU – 10 de junho de 2016

10 de junho de 2016

Projeto que aumenta pena para crime de abigeato será votado na próxima semana na CCJ do Senado

9 de junho de 2016

DOU – 9 de junho de 2016

9 de junho de 2016

Temer se manifesta pela constitucionalidade do Código Florestal

8 de junho de 2016

Deputados querem que Ministério da Justiça revise processos de demarcação indígena

8 de junho de 2016

SMS FPA

FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUÁRIA - FPA

SHIS QL 10 Conjunto 8 Casa 6 – Lago Sul, Brasília – DF, 71.630-085

61 3248-4682 | 61 3263-1717 | 61 3254-7878

fpa.agropecuaria@gmail.com

